

I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - UNIDADE PRISIONAL: COTIDIANO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Gabriel Humberto Munõz Palafox¹
Edna Mariana Machado²
Zoraide Vasconcelos Mamede³
Thiago Soares Martins⁴
Cíntia França Alves⁵
Débora Martins Mendonça⁶
Rúbia Lopes Faria⁷
Larissa Milene Pelegrino⁸
Nubes Santana Gonçalves⁹
Ulisses Otávio Elias dos Santos¹⁰

RESUMO: Este trabalho relata as experiências vivenciadas na preparação, no desenvolvimento e na execução do I Seminário de Educação em Direitos Humanos, realizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX/UFU), por meio da Divisão de Apoio à Educação Básica (DIEBS), em parceria com a Penitenciária Prof. João Pimenta da Veiga. O objetivo do seminário foi iniciar um debate a respeito do papel da sociedade nos processos de reintegração social de sentenciados. Foi realizada uma exposição dialogada, enfatizando o cotidiano, os desafios e as perspectivas de uma unidade prisional. Participaram dessa atividade diretores e agentes penitenciários, sentenciados, professores da educação básica e interessados nessa temática. A proposta de realização do seminário foi inédita no âmbito da UFU, uma vez que propiciou a abertura de um espaço ao sentenciado para o relato de sua vivência. Esse evento teve significativa participação da comunidade e grande repercussão na sociedade. Um dos produtos deste trabalho foi a elaboração de um projeto de extensão, com vistas a promover a capacitação de professores da educação básica e agentes penitenciários, com ênfase na convivência humana crítica e solidária frente às políticas de defesa e reintegração social da população como um todo.

UNITERMOS: Direitos humanos. Segurança pública. Reintegração social.

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (gabmpalafox@hotmail.com).

² Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (mariana@ufu.br).

³ Gerente da Divisão de Apoio à Educação Básica da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia (zmamede@hotmail.com).

⁴ Graduado em Geografia, assistente-administrativo da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia (thiagosoma@hotmail.com).

⁵ Aluna do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (cintia_falves@yahoo.com.br).

⁶ Aluna do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (deboramartinsmendonca@yahoo.com.br).

⁷ Aluna do Curso de Administração da Universidade Federal de Uberlândia (rubiafaria@gmail.com).

⁸ Diretora de Atendimento da Penitenciária Prof. José Pimenta da Veiga (larissapelegrino@gmail.com).

⁹ Subdiretor de Atendimento da Penitenciária Prof. José Pimenta da Veiga (ppjpvn@gmail.com).

¹⁰ Graduado em Direito (ulisses@pelegrino.com.br).

ABSTRACT: This paper reports the lived experiences in the preparation, development and execution of I Seminar on Education in Human Rights performed by Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX/UFU, through Divisão de Apoio à Educação Básica – DIEBS, in partnership with the Professor João Pimenta da Veiga penitentiary. The objective of the Seminar was to initiate a debate talking about the society function in the processes of social reintegration. A dialogued exposure has been realized emphasizing the quotidian, the challenges and the prospects of a prison unit. Directors, penitentiary agents, sentenced, teachers of basic education and members of communities internal and external from UFU, interested in this theme, participated in this activity. The realization proposal of the Seminar was innovative at UFU, once it propitiated opening a space to defendant report themselves experience. This event had significant community participation and great repercussion in society. One of the results of this work has been the elaboration of an extension's project, to promote the capacitating of basic education teachers and penitentiary agents, with emphasis in supportive human critical and solidary coexistence, front at politics of defense and social reintegration of population as a whole.

KEYWORDS: Human rights. Public security. Social reintegration.

I. A Universidade e as Políticas de Direitos Humanos

A função de uma universidade pública aberta e cidadã é dialogar criticamente com as comunidades, valorizando seus saberes e incorporando seus problemas e demandas aos processos de produção de conhecimento e de intervenção socialmente referenciados, a fim de garantir o acesso das populações a bens culturais, científicos, econômicos, artísticos e tecnológicos. Nesse sentido, a política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) fundamenta-se na busca da conquista de Direitos Humanos juntamente com as diversas entidades representativas da sociedade civil e com os agentes acadêmicos e políticos que lutam pela construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Com base nesses princípios, a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) articulou as políticas públicas com as ações que a UFU realiza para atendimento de suas demandas, sendo uma delas vinculada ao Comitê de Direitos Humanos, instituído em 2008 pelo Ministério da Educação, cuja tarefa é “mapear, articular e fomentar ações capazes de promover, no sistema educacional do país, o ensino e a incorporação de valores sociais relacionados aos Direitos Humanos”, tal como estipulado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), o qual também define a educação em direitos humanos como “um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos”.

O PNEDH é resultado do trabalho do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Esse comitê foi constituído por especialistas da área, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais que, em 2003, lançaram a primeira versão do plano. Depois de amplo debate e divulgação, o trabalho foi concluído e publicado em 2006. Esse plano tornou-se, na atualidade, uma das diretrizes centrais de

atuação do governo federal que considera a aprendizagem de valores sociais, associados aos Direitos Humanos, uma das prioridades para qualificar as pessoas para o exercício ativo e ético da sua cidadania crítica, participativa e solidária.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH tem como princípios o combate à discriminação e a promoção da igualdade entre as pessoas e a afirmação de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. A construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos, fortalecimento dos canais de participação popular, combate ao trabalho escravo, proteção aos direitos das crianças, adolescentes, homossexuais, afrodescendentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, bem como o aperfeiçoamento dos meios para apresentação das denúncias de violação aos direitos humanos, são os eixos principais de atuação (BRASIL, 2003 p. 6).

II. Sociedade e Sistema Prisional: uma aproximação necessária

Ciente da importância de seguir as diretrizes acima mencionadas, a PROEX/UFU assumiu o desafio de contribuir para a qualificação da sociedade no campo dos Direitos Humanos, mobilizando a instituição e os agentes sociais de Uberlândia e região, visando contribuir, também, para a formação de cidadãos conscientes e ativos na defesa dos Direitos Humanos para todos e todas, sem distinções. Isso favorece o processo de reflexão sistemática e a consequente produção de saberes, filosóficos e científicos, ampliando, assim, a construção de conhecimento na dimensão dos Direitos Humanos e sua importância para o desenvolvimento do país.

Por falta de acesso ou interesse da população em geral, é criado um distanciamento do cotidiano do sistema prisional. Assim, não lhe é de conhecimento a vida de um detento ou de um sentenciado¹¹, bem como da organização interna, das atividades e das ações realizadas pelas instituições a fim de promover a reintegração social desses sujeitos. Distanciamento esse que, em certa medida, acaba por gerar no seio da sociedade, práticas baseadas no preconceito (pré-conceito) e exclusão, atitudes que atingem em cerne os privados de sua liberdade numa penitenciária, assim como os profissionais que lá atuam. Com isso, cria-se um cenário que dificulta ou impede que uma grande parte dos egressos consiga, de fato, reintegrar-se plenamente à vida em sociedade, mesmo depois de ter cumprido a sua pena perante a justiça.

¹¹ Conforme Ferreira (2000), detento é “o indivíduo com prisão provisória”; sentenciado é “o indivíduo julgado e condenado judicialmente”.



Figura 1: Banho de sol dos sentenciados na PPJPV (Foto: Thiago Soares Martins)

Esse tipo de distanciamento, assim como o conseqüente surgimento de mitos, preconceitos e práticas excludentes contra um sentenciado é fruto de um tipo de convivência social que se transforma numa prática cultural cotidiana encravada no pensamento coletivo, gerando exclusão e alienação¹². Surge, então, a necessidade de promover ações socioeducativas, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, destinadas a aproximar a população dessas questões, contribuindo para ampliar sua conscientização e favorecer o enfrentamento e a superação desses problemas.

III. A construção de uma ação educativa

Histórico e parceria

Em junho de 2008, a Diretoria de Atendimento e Ressocialização da Penitenciária Prof. João Pimenta da Veiga (PPJPV) procurou a Divisão de Apoio à Educação Básica (DIEBS) para solicitar a promoção de cursos com vistas a capacitar os agentes penitenciários e assim melhorar a qualidade do trabalho por eles realizado. No entanto, para atender a essa solicitação, era necessário conhecer de perto a realidade do sistema prisional e entender a sua dinâmica de funcionamento. Assim, servidores da DIEBS, juntamente com o então Pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Prof. Gabriel Humberto Munõz Palafox, visitaram o local e confirmaram o desconhecimento por uma grande parte de nós, atores sociais, em relação às atividades de defesa e reintegração de sentenciados promovidas pela Penitenciária.

¹² O termo alienação é tomado no sentido de “manter-se indiferente aos acontecimentos”, conforme Ferreira (2000).

Nesse contexto, a DIEBS desenvolveu um projeto de extensão, na modalidade Seminário, destinado a aproximar a sociedade das atividades do sistema penitenciário, trazendo à luz a realidade de uma unidade prisional que tem como um de seus princípios a reintegração social de seus sentenciados. O intuito era favorecer a ampliação da consciência dos atores sociais, que, no desempenho de seus papéis, devem contribuir para a reintegração social dos sentenciados e egressos, visando a não reincidência dos crimes, diminuindo, assim, a violência social. Surgiu, então, o I Seminário de Educação em Direitos Humanos, promovido pela PROEX/UFU em parceria com a PPJPV, antecedendo ao Curso de Capacitação de Educação em Direitos Humanos, desenvolvido em 2009.

O objetivo principal do evento foi apresentar, às comunidades interna e externa à UFU, as ações dos profissionais da PPJPV nos processos de assistência jurídica, educacional, social, religiosa e de saúde de uma Unidade Prisional, realizadas com a finalidade de promover a reintegração social dos sentenciados. Outro objetivo foi propiciar uma discussão sobre as questões relacionadas aos Direitos Humanos na perspectiva da ressocialização dos sentenciados e egressos.

O I Seminário de Educação em Direitos Humanos, intitulado Unidade Prisional: cotidiano, desafios e perspectivas, ocorreu no dia 27 de setembro de 2008, no anfiteatro do bloco 3Q no *Campus Santa Mônica*, na UFU, organizado por uma coordenação colegiada representada por membros da DIEBS/PROEX e da PPJPV.



Figura 2: I Seminário de Educação em Direitos Humanos (Foto: Thaís Mara Mendes Silva)

Caminhos Percorridos

Foram realizadas oito visitas à penitenciária por duas estagiárias do curso de graduação em Psicologia da UFU, bolsistas do projeto, e por um estagiário da DIEBS com o objetivo de acompanhar as práticas ali desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar, por meio de entrevistas semiestruturadas.

Também foram aplicados questionários aos sentenciados, por meio de um instrumento elaborado pelas estagiárias da Psicologia sob a orientação de um de seus professores, com o objetivo de conhecer a vivência em uma unidade prisional.

Definidos os temas e os palestrantes, foi iniciada a preparação das palestras por cada Diretoria da Penitenciária (Diretoria Geral, de Gestão e Finanças, de Atendimento e Reintegração, de Segurança e de Inteligência), que consistiu, especialmente, no levantamento de dados estatísticos, bem como na elaboração de um resumo das principais atividades para melhor visualização e entendimento da comunidade.

Considerando a participação de sentenciados no dia do evento, a Diretoria de Segurança realizou um planejamento de escolta com a finalidade de garantir a segurança de todos os presentes, avaliação do local, definição de rotas, de ponto de parada, de escala, plano evasivo, entre outros.

O sentenciado e a sentenciada, relatores de seus cotidianos na Unidade Prisional, foram selecionados segundo os seguintes critérios: mudança de comportamento, participação em atividades educacionais, com evolução de escolaridade e frequência satisfatória, desenvolvimento de atividades laborais efetivas e com alcance de produtividade.

Após a escolha do sentenciado e da sentenciada, ambos foram previamente entrevistados por representantes da área técnica, bem como pela Diretora de Atendimento e Reintegração, que teve o cuidado de esclarecer aos mesmos sobre o objetivo do Seminário e da relevância dos seus depoimentos para a construção de um novo conhecimento sobre a realidade do Sistema Prisional. Diante dos esclarecimentos e da confirmação do interesse de participar desse evento, o sentenciado e a sentenciada foram orientados quanto ao local onde ocorreria o Seminário, o número de participantes do evento e a presença da imprensa, dentre outras informações.

A coordenação colegiada propôs como atividade cultural a apresentação do coral das sentenciadas da PPJPV, as quais foram ensaiadas por uma agente de segurança penitenciária durante dois meses.

Foi apresentado no Seminário, um documentário, produzido pela Diretoria de Culturas (DICULT/PROEX), intitulado: **Penitenciária Prof. João Pimenta da Veiga – uma realidade desconhecida**, que contou com a participação de profissionais e sentenciados que autorizaram o uso de suas imagens.

A divulgação do evento foi realizada por meio de folders e cartazes distribuídos nas escolas públicas e privadas de Uberlândia, em outras universidades do município, na própria penitenciária, na Secretaria Municipal de Educação e na 40ª Superintendência Regional de Ensino. O evento também foi divulgado pela TV Universitária e pelo site da PROEX.

I Seminário de Educação em Direitos Humanos

O Seminário foi desenvolvido por meio de uma exposição dialogada feita pelos representantes das Diretorias da Penitenciária Prof. João Pimenta da Veiga sobre o funcionamento das mesmas. Houve, também, relatos de vivência de dois sentenciados e de experiência de dois discentes da UFU, integrantes

da equipe da DIEBS que visitaram a PPJPV. Foi realizado um círculo de debate para reflexões sobre o tema em pauta, a partir das seguintes perguntas problematizadoras:

- Cadeia, Presídio e Penitenciária: quais são as diferenças?
- Como é a vida de um sentenciado e como nela se materializa o preconceito e a exclusão?
- Como é a vida da família de um sentenciado? Até que ponto a família contribui com a reintegração social do sentenciado?
- Qual o papel da sociedade no processo de reintegração social de um sentenciado?
- Como é o cotidiano de uma unidade prisional? (neste caso, o da PPJPV).
- Por que a grande maioria da sociedade desconhece como funcionam as políticas públicas de defesa social e, em especial, das unidades prisionais?
- Qual a influência na educação da população dos meios de comunicação a respeito das unidades prisionais do país?
- É possível para um sentenciado cumprir pena com dignidade?
- A sociedade está preparada para receber um sentenciado na condição de egresso, para contribuir com a sua reintegração social e sua (re)inserção no mercado de trabalho?
- O que deve ser feito em conjunto (unidades prisionais, comunidade e as demais instituições sociais, como a escola) para aprimorar o processo de reintegração social de um sentenciado?

Durante o Seminário pôde-se dialogar e formar novos conhecimentos, sendo que algumas das reflexões geradas pelo evento foram voltadas para refletirmos a nossa sociedade, marcada por preconceito e discriminação, muitas vezes causados por uma visão distorcida da realidade. Reflexão decorrente também das apresentações do documentário e do coral feminino da PPJPV.

IV. Educação em Direitos Humanos: um caminho para o exercício da cidadania

A primeira visita da equipe da DIEBS à PPJPV foi feita com receio, uma vez que o que se conhecia sobre uma penitenciária era somente a imagem deturpada e estigmatizada que muitas vezes a mídia transmite de uma unidade prisional. Contudo, opondo-se aos pré-julgamentos da equipe, pôde-se perceber uma instituição de controle social diferenciada, que não deixa de ser regida por regras disciplinadoras como todas as outras, mas que, ao mesmo tempo, consegue propor um programa de reintegração social do sentenciado, oferecendo oportunidades para quem quer estudar, trabalhar, bem como assistência médica, jurídica e psicossocial.



Figura 3: Oficina de costura (Foto: Thiago Soares Martins)

Foi salutar constatar, ainda, a presença de uma escola, Escola Estadual Mário Quintana, inserida nesse contexto carcerário, uma vez que entendemos a educação como agente ressocializador na formação de cidadãos.



Figuras 4 e 5: Sentenciados frequentando aulas na Escola Estadual Mário Quintana na PPJPV (Foto: Thiago Soares Martins).

Nossa aproximação da realidade da Penitenciária ampliou a percepção sobre esta proposta de reintegração do sentenciado à sociedade, que muitas vezes é vista como uma utopia, pois ela esbarra

em obstáculos que por vezes dificultam ou até inviabilizam a recuperação do infrator. Logo, a reintegração do indivíduo deve contar com um sistema prisional eficiente e com o apoio da sociedade, possibilitando ao egresso uma vida produtiva, uma vez que ele é fruto dessa sociedade e para ela voltará.

Objetiva-se com isso, que a população aprenda a lidar com essas pessoas, contribuindo para a reconstrução de valores fundamentados eticamente no exercício ativo de uma cidadania crítica, participativa e solidária, fundamento este defendido pelo PNEDH.

Estas foram algumas das reflexões feitas no Seminário. Devido ao grande interesse dos participantes pelo tema de Direitos Humanos e Justiça, foi elaborado um projeto de capacitação: Educação em Direitos Humanos, atualmente em desenvolvimento, com o objetivo de contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre essa temática em nossa sociedade, por meio da socialização e produção de conhecimentos, possibilitando, assim, a elaboração e realização de ações, que efetivamente favoreçam a construção de uma cultura de paz.

Percorremos alguns caminhos, mas sabemos que ainda há muitos outros a serem construídos e percorridos para que possamos criar a sociedade que tanto sonhamos: justa, humana e feliz. Essa sociedade depende de nós, atores de nossa história, trabalhadores da construção de nosso projeto de sermos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2003.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Submetido em 30 de junho de 2009

Aprovado em 04 de agosto de 2009